

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.418.824 - RS (2018/0337571-0)**

AGRAVANTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
AGRAVADO : ELISANGELA DOS SANTOS BANDEIRA  
ADVOGADO : MARIA NEUSA ANÇA DA SILVA - RS041201

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL, contra decisão que inadmitiu seu recurso especial, fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 219):

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ENSINO SUPERIOR.

MATRÍCULA SEM APRESENTAÇÃO DO HISTÓRICO ESCOLAR/CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO.

PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.

1. No caso em específico, é desarrazoada a exigência da impetrada ao negar validade ao diploma do curso de Direito para fins de comprovação da conclusão do ensino médio, uma vez que, a partir da apresentação de diploma de nível superior, o atendimento à exigência é decorrência lógica.

2. Ademais, a impetrante porta todos os requisitos exigidos para os cotistas do tipo L2, a quem são exigidos a autodeclaração como negro, a comprovação de renda inferior a um salário mínimo e meio e também a comprovação de conclusão do ensino médio em escola pública, conforme os entendimentos deste Egrégio Tribunal.

Opostos embargos declaratórios, foram eles parcialmente acolhidos em relação à omissão do acórdão embargado por não ter enfrentado ao reexame necessário (fls. 245-246).

Em suas razões recursais especiais, a UFPEL aponta violação, pelo acórdão recorrido, dos arts. 489, §1º, inciso IV, e 1.022 do CPC/2015, pois apesar da interposição de embargos declaratórios, o TRF da 4ª Região teria deixado de, motivadamente, analisar os argumentos apresentados e as normas invocadas.

Também alega violação dos arts. 3º, 44, II e §1º, 51, 53, IV, e 54, *caput* e §1º, da Lei n. 9.394/96, sobre a autonomia das universidades, a quem caberia criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior, além de elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes.

Ainda, aduz violação dos arts. 2º, *caput*, da Lei n. 9.784/99; 41 da Lei n. 8.666/93; e 1º da Lei n.12.711/12, pois o acórdão *a quo* teria violado os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, além do princípio da

vinculação ao Edital, ao flexibilizar a regra e admitir documentação fora do prazo estabelecido previamente.

Ofertadas contrarrazões às fls. 294-300, o recurso não foi admitido (fls. 308-309), tendo sido interposto o presente agravo.

É o relatório. Decido.

Considerando que a agravante impugnou a fundamentação apresentada na decisão agravada e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

Em relação à alegação de violação dos arts. 489, §1º, inciso IV, e 1.022 do CPC/2015, pois apesar dos embargos declaratórios, o TRF da 4ª Região teria deixado de, motivadamente, analisar os argumentos apresentados e as normas invocadas, o Tribunal *a quo*, na fundamentação do *decisum* acerca dos embargos declaratórios, assim firmou entendimento (fls. 244-245 ):

Assiste razão à embargante no que diz respeito à omissão do acórdão embargado por não ter enfrentado ao reexame necessário, pois, segundo dispõe o § 1º do artigo 14 da Lei 12.016/2009, a sentença que concede a segurança em ação mandamental obrigatoriamente se sujeitará ao duplo grau de jurisdição. Assim, os presentes embargos declaratórios devem ser providos, no ponto, para esclarecer que, pelas mesmas razões do improvimento do recurso de apelação, o reexame necessário igualmente resta improvido.

No mais, o acórdão impugnado resolveu o litígio interpretando a legislação infraconstitucional e constitucional aplicável ao caso e, ainda, com suporte em precedentes que julgaram casos idênticos. Assim, os fundamentos utilizados foram suficientes para embasar a decisão, pois conforme verificado a embargada possui todos os requisitos exigidos para preencher a vaga, ainda, não me é razoável a perda do direito a matrícula por não ter apresentado o certificado de conclusão do ensino médio, se esta apresentou seu diploma de nível superior.

Conforme demonstrado dos excertos colacionados do aresto vergastado, o Tribunal *a quo* dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia travada nos autos, em que pese em sentido diverso da pretensão dos recorrentes, o que não significa, necessariamente, ausência de prestação jurisdicional.

Nesse panorama, a oposição dos embargos declaratórios caracterizou, tão somente, a irresignação dos embargantes diante de decisão contrária a seus interesses, o que não viabiliza o referido recurso.

Tem-se, ainda, que o julgador não está obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos invocados pelas partes quando, por outros meios que lhes sirvam de convicção, tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio. As proposições poderão ou não ser explicitamente dissecadas pelo magistrado, que só estará obrigado a examinar a contenda nos limites da demanda, fundamentando o seu proceder de acordo com o seu livre convencimento, baseado nos aspectos pertinentes à hipótese *sub judice* e com a

legislação que entender aplicável ao caso concreto.

Descaracterizada a alegada omissão, se tem de rigor o afastamento da suposta violação dos arts. 489, § 1º, IV e 1.022, II, do CPC/15, conforme pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. HIPÓTESE EM QUE A FAZENDA PÚBLICA FOI CONDENADA EM HONORÁRIOS DE ADVOGADO, FIXADOS, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, SEM DEIXAR DELINEADAS CONCRETAMENTE, NO ACÓRDÃO RECORRIDO, AS CIRCUNSTÂNCIAS A QUE SE REFEREM AS ALÍNEAS DO § 3º DO ART. 20 DO CPC/73. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL, EM FACE DA INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7/STJ E 389/STF. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. [...]

III. Não há falar, na hipótese, em violação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

[...]

IX. Agravo interno improvido (AgInt no AREsp 1046644/MS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/09/2017, DJe 11/09/2017).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. INOCORRÊNCIA. BENEFÍCIO DE GRATUITA DA JUSTIÇA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE DE ARCAR COM AS CUSTAS DO PROCESSO. MULTA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. ART. 4º, §1º, DA LEI 1.060/50. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não havendo no acórdão recorrido omissão, obscuridade ou contradição, não fica caracterizada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015.

2. O reexame de matéria de prova é inviável em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ).

3. Agravo interno não provido (AgInt no REsp 1625513/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/02/2017, DJe 08/02/2017).

Em relação à alegação de violação dos arts. 3º, 44, II e §1º, 51, 53, IV, e 54, caput e §1º, da Lei n. 9.394/96, sobre a autonomia das universidades, verifica-se que não houve prequestionamento da matéria. Esta Corte entende ser inviável o conhecimento do recurso especial quando os artigos tidos por contrariados não foram apreciados pelo Tribunal *a quo*, a despeito da oposição

de embargos declaratórios, haja vista a ausência do requisito do prequestionamento. Incide, na espécie, a Súmula 211/STJ.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 211/STJ.

I - Apesar dos argumentos da agravante, permanece hígido o entendimento exarado na decisão impugnada de que as matérias, constantes dos dispositivos indicados no recurso especial como violadas, não foram analisadas no acórdão recorrido, mesmo após a interposição de embargos de declaração, o que impede o conhecimento do recurso especial pela falta do necessário prequestionamento. Aplicação da Súmula n. 211 do STJ.

II - Agravo interno improvido.

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE TÍTULO JUDICIAL ORIUNDO DE AÇÃO COLETIVA. ÍNDICE DE 3,17%. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973 NÃO CARACTERIZADA. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 128, 460, 468, 471 E 586 DO CPC/1973; 373, II, 380 E 1.707 DO CC; 54 DA LEI 9.784/1999; 6º, § 3º, DA LINDB; E 23 DA LEI 8.906/1994. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. COISA JULGADA. COMPENSAÇÃO. ALTERAÇÃO DO JULGADO QUE DEMANDA O REEXAME DOS ASPECTOS FÁTICOS DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Cuida-se, na origem, de Embargos à Execução opostos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, contra o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, alegando existência de litispendência e outros vícios que comprometem a pretensão executiva dos exequentes.

2. Deve ser rejeitada a alegada violação do art. 535 do CPC/1973, na medida em que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide, fundamentando seu proceder de acordo com os fatos apresentados e com a interpretação dos regramentos legais que entendeu aplicáveis, demonstrando as razões de seu acórdão.

3. O STJ entende ser inviável o conhecimento do Recurso Especial quando os artigos tidos por contrariados não foram apreciados pelo Tribunal a quo, a despeito da oposição de Embargos de Declaração, haja vista a ausência do requisito do prequestionamento. Incide, na espécie, a Súmula 211/STJ.

[...]

8. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

(REsp 1700834/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 23/11/2018)

Sobre a suposta violação dos arts. 2º, *caput*, da Lei n. 9.784/99; 41 da Lei n. 8.666/93; e 1º da Lei n.12.711/12, em relação aos princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da vinculação ao Edital, o Tribunal *a quo*, na fundamentação do *decisum*, adotando as razões de decidir do juízo monocrático, assim firmou entendimento (fl. 215):

A decisão proferida pelo Juiz de primeiro grau na sentença, foi exarada nos seguintes termos:

[...]

De acordo com a negativa apresentada pela impetrada, o recurso foi indeferido, pois conforme edital de matrícula o candidato deveria comprovar a conclusão do ensino médio no ato da matrícula (p. 8, out4, ev. 1).

No entanto, é desarrazoada a exigência da impetrada ao negar validade ao diploma do curso de Direito para fins de comprovação da conclusão do ensino médio, uma vez que, a partir da apresentação de diploma de nível superior, o atendimento à exigência é decorrência lógica.

Ademais, a autora comprova que, no dia da matrícula, ao preencher a 'justificativa de perda de matrícula', apresentou o diploma de bacharel (out4, ev. 1).

Por fim, a impetrante porta todos os requisitos exigidos para os cotistas do tipo L2, a quem são exigidos a autodeclaração como negro (p. 4, out4), a comprovação de renda inferior a um salário mínimo e meio (p. 9, out4) e também a comprovação de conclusão do ensino médio em escola pública (p. 3, out3).

Desse modo, o Tribunal *a quo*, com base nos elementos fáticos carreados aos autos, concluiu que é desarrazoada a exigência da impetrada ao negar validade ao diploma do curso de Direito para fins de comprovação da conclusão do ensino médio, uma vez que, a partir da apresentação de diploma de nível superior, o atendimento à exigência é decorrência lógica.

Para se deduzir de forma diversa, na forma pretendida no apelo nobre, seria necessário o revolvimento do mesmo acervo documental já analisado, procedimento vedado em sede de recurso especial, por óbice da Súmula n. 7 desta Corte, que assim dispõe: “*A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial*”.

A esse respeito, os seguintes julgados:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. INDEFERIMENTO DE MATRÍCULA. VESTIBULAR DE MEDICINA. VAGA DESTINADA A COTA SOCIAL. CANDIDATOS COM RENDA BRUTA ATÉ 1,5 SALÁRIO-MÍNIMO. AFRONTA A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. ANÁLISE DAS REGRAS DO EDITAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA 5/STJ. REVOLVIMENTO DO MATERIAL PROBATÓRIO. INVIABILIDADE (SÚMULA 7/STJ). RECURSO NÃO CONHECIDO.

Trata-se, na origem, de Mandado de Segurança impetrado contra ato administrativo que indeferiu a matrícula da parte recorrida no curso de Medicina, em vaga destinada a cotas sociais. O fundamento do ato coator é que a parte recorrida não satisfazia o requisito editalício da renda bruta per capita familiar inferior a 1,5 salário-mínimo.

Não se configura a alegada ofensa ao artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou

integralmente a lide e solucionou, de maneira amplamente fundamentada, a controvérsia, em conformidade com o que lhe foi apresentado.

Não se conhece do recurso em relação às matérias constitucionais suscitadas, visto que sua aceitação importa na usurpação de competência do STF.

Em relação à alegada violação a dispositivos do Decreto 7.824/2012 e da Portaria Normativa MEC 18/2012, tampouco se pode conhecer do recurso, porquanto tais atos normativos não se enquadram no conceito de lei federal para fins de cabimento do apelo especial. Cito precedentes: EDcl no AREsp 709.358/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 18/8/2015; AgRg nos EDcl no AREsp 493.944/GO, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 14/3/2016; AgRg no AREsp 814.784/RS, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 24/2/2016.

O cerne da questão consiste em verificar se a parte autora possui direito ou não à vaga destinada ao sistema de cotas prevista em vestibular para o curso de Medicina na Universidade Federal da Fronteira do Sul - UFFS, haja vista o ato administrativo anterior que considerou a ausência de comprovação do requisito renda bruta per capita inferior a 1,5 salário-mínimo.

Para a aferição do atendimento ou não pelo candidato ao requisito da renda bruta per capita familiar, é imprescindível a avaliação das provas constantes dos autos, apreciadas pelo juízo de origem quando da prolação do acórdão recorrido. Para modificar o entendimento firmado no acórdão recorrido, seria necessário superar os motivos determinantes do decisum vergastado, o que demanda incursão no contexto fático-probatório dos autos, bem como examinar as regras contidas no edital do certame, o que é impossível no Recurso Especial, ante os óbices contidos nas Súmulas 5 e 7 do STJ.

Precedentes: AgRg no AREsp 839.070/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 27/5/2016; AgRg no AREsp 778.270/RS, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 17/3/2016; REsp 1.604.879/AL, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 09/09/2016.

Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1642172/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 28/05/2018)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENSINO SUPERIOR. PROUNI. ÚLTIMO ANO DO ENSINO MÉDIO CURSADO EM ESCOLA PARTICULAR. ESTUDANTE DE BAIXA RENDA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão que julgara Recurso Especial interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/2015.

II. Na origem, trata-se de Ação ordinária, ajuizada pela parte ora recorrida em face da União e da Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC, com o objetivo de que seja efetivada sua matrícula junto à Universidade, por meio do Programa Universidade para Todos - PROUNI, bem como que os réus sejam condenados ao ressarcimento dos valores pagos pelo autor, a título de mensalidades. Julgada procedente a demanda, recorreram os réus, tendo o Tribunal local negado provimento à Apelação da FUNOESC e dado parcial provimento à Apelação da União.

III. Na forma da jurisprudência do STJ, deve ser aplicado o princípio

da razoabilidade na interpretação dos critérios estabelecidos pela legislação para a implementação de ações afirmativas para garantir o acesso, à universidade, de estudantes de baixa renda, de forma que se atinjam as finalidades da legislação de regência. Nesse sentido: STJ, AgRg no REsp 1.529.042/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 17/09/2015; AgRg no REsp 1.343.166/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 12/06/2013. Assim, estando o acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência sedimentada nesta Corte, merece ser mantida a decisão ora agravada, em face do disposto no enunciado da Súmula 568 do STJ.

IV. O entendimento firmado pelo Tribunal a quo - no sentido de que está comprovado nos autos que o estudante não possui condições de arcar com as mensalidades da instituição de ensino - não pode ser revisto, pelo Superior Tribunal de Justiça, em sede de Recurso Especial, sob pena de ofensa ao comando inscrito na Súmula 7 desta Corte. Precedentes do STJ.

V. Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp n. 1.765.508/SC, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 19/2/2019, REP DJ de 26/02/2019, DJe 25/2/2019.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a* e *b*, do RISTJ, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa parte, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de março de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator